ABASTECIMENTO DE ÁGUAS EM VILAS E ÁREAS RURAIS DO JEQUITINHONHA E NORTE DE MINAS GERAIS NOS SÉCULOS XIX E XX[1]

WATERS SUPPLY IN VILLAGES AND RURAL AREAS OF JEQUITINHONHA AND NORTHERN OF MINAS GERAIS IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Rodolfo Ribeiro de Souza
Universidade Federal de Minas Gerais
rodolforibeiro.souza@hotmail.com

Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Universidade Federal de Minas Gerais
eduardomr@pq.cnpq.br

Patrícia Oliveira Correia
Universidade Federal de Minas Gerais
patriciamileno@gmail.com

Amanda Jusevicius Mariano
Universidade Federal de Minas Gerais
amanda.jusevicius@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT4. Questão ambiental, agroecologia e sustentabilidade.

Resumo
O acesso às fontes de águas e às formas de abastecimento variam conforme a época, o lugar e a cultura. Assim, adotando o método dialético e empregando os procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental, este artigo analisa o abastecimento de águas em vilas e áreas rurais do Jequitinhonha e Norte de Minas, nos séculos XIX e XX, a partir dos registros de memorialistas, viajantes e cronistas. O estudo mostrou que buscar águas em pontos públicos ou coletar diretamente nos cursos de águas eram tarefas cotidianas das famílias, que persistiram ao longo dos dois séculos. O interesse por águas de beber boas e saudáveis e os preceitos de saúde mediaram as práticas sobre as águas. Além de servirem ao fornecimento de águas, as fontes e formas de abastecimento foram elementos ativos da sociabilidade.
Palavras-chave: Semiárido. Ciclos hidrossociais. Memorialistas. Viajantes. Cronistas.

Abstract
Access to waters sources and supply methods vary depending on time, place and culture. Thus, adopting the dialectical method and employing procedures of bibliographic and documentary research, this article analyzes the waters supply in villages and rural areas during the 19th and 20th centuries in two regions of the state of Minas Gerais, Jequitinhonha and Northern, based on the records of memoirists, travelers and chroniclers. The study showed that fetching waters from public points or collecting it directly from watercourses were daily tasks of families, which persisted throughout the two centuries. Interest in good and healthy drinking waters and health precepts mediated the practices regarding waters. In addition to providing waters, the sources and forms of supply were active elements of sociability.
Keywords: *Semiarid. Hydrosocial cycle. Memoirists. Travelers. Chroniclers.*

[1] Este trabalho recebeu apoio e financiamento da FAPEMIG, da CAPES e do CNPq.

1. Introdução

Em começos do século XXI, a crise hídrica ameaça o planeta. No entanto, a reflexão sobre as águas é, realmente, muito escassa. Se o abastecimento flui sem interrupção, na vida cotidiana da cidade ninguém reflete sobre o percurso realizado pelas águas desde a fonte até a torneira da pia da cozinha. Importante, mesmo, é haver água pura, constante e apta para consumo humano. Contudo, em momentos de racionamento, as reclamações são instantâneas. A rotina de águas canalizadas resulta em um estilo de consumo peculiar, no qual a escassez costuma ser percebida apenas quando falta água na torneira.

Em áreas rurais, geralmente, águas são coletadas diretamente das fontes. Assim, ao contrário das populações urbanas, o estilo de consumo passa a ser orientado pela observação cotidiana, experiência prática e normas costumeiras. Avaliações de qualidade são determinadas por parâmetros que não se relacionam, necessariamente, com o nível de contaminação aferido por análises químicas. Abundância ou escassez são interpretadas pelo contato direto do sujeito com a natureza.

Assim, os acessos às fontes e as formas de abastecimento variam conforme a época, o lugar e a cultura. Nesse sentido, adotando o método dialético e empregando os procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental, esta pesquisa concentrou esforços em produções de memorialistas, viajantes e cronistas, para analisar o abastecimento de águas em vilas e áreas rurais do Jequitinhonha e Norte de Minas, nos séculos XIX e XX. Este artigo apresenta alguns dos resultados oriundos de pesquisa mais ampla sobre as relações entre sociedades e águas nas regiões abordadas.

Dessa forma, além desta introdução e das referências, o trabalho está estruturado em cinco capítulos, quais sejam: metodologia, que justifica os recortes espacial e temporal, bem como apresenta as técnicas e as fontes da pesquisa; coleta e condução, que discorre sobre a busca de águas; abastecimento público, no qual são identificadas as iniciativas de condução e disponibilização das águas; usos cotidianos, que revela as distintas formas de acessar e se relacionar com as águas; e, por fim, as considerações finais.

2. Metodologia

2.1 Recorte espacial

O recorte espacial foi definido de acordo com os objetivos da pesquisa. Usou-se como base identidades próprias, culturas, políticas públicas adotadas, bem como critérios ambientais, climáticos e socioeconômicos. Estes mudaram muito ao longo dos tempos, mas permitem perceber relações entre sociedades e natureza, sem limitações injustificadas e independentemente das distintas classificações e divisões geográficas regionais realizadas em diferentes períodos por órgãos públicos, instituições e entidades. Ao mesmo tempo, continuidades territoriais, demográficas e políticas possibilitaram compreender fenômenos similares nas trajetórias regionais.

O espaço delimitado para a pesquisa variou muito em termos de denominação e amplitude ao longo do tempo, perdeu continuidades e polarizações, muitas vezes teve que ser arbitrariamente recortado. Dois exemplos: a área do rio Pardo, que no século XXI é parte do Norte de Minas Gerais, em fins do século XIX mantinha relações identitárias muito estreitas com o Sudoeste da Bahia e, principalmente, com o rio São Francisco; o “gerais de Januária” manteve em toda a segunda metade do século XIX e até meados do século XX um trânsito intenso de população e negócios com os estados do Nordeste e raros contatos com a área do rio Verde Grande. Do mesmo modo, por abordar dois séculos de análise, várias vilas e áreas rurais foram urbanizadas e transformadas em cidades ou municípios no correr das décadas.

Considerando essas e outras especificidades, o recorte espacial usado neste trabalho tomou como limites flexíveis as seguintes linhas imaginárias: ao Sul, de Diamantina ao rio

Jequitaí a Pirapora; a Oeste, o rio Urucuia, até as divisas com Goiás; a Norte, as divisas de Minas Gerais com a Bahia; a Leste toda a divisa do vale do Jequitinhonha com a Bahia e os vales dos rios Mucuri e Doce. Essa delimitação aproximada ainda sofre reparos pontuais ao longo do estudo, uma vez que os memorialistas se deslocaram, fizeram comparações e anotações que às vezes, por serem preciosas, foram incorporadas ao estudo.

2.2 Recorte temporal

As informações mais remotas sobre as relações entre sociedades e águas no Jequitinhonha e Norte de Minas estão disponíveis nas obras de viajantes que visitaram as regiões estudadas ainda no início do século XIX. Antes, a política de sigilo e as restrições da Coroa Portuguesa, cuidando de proteger as produções brasileiras e as áreas de mineração, dificultavam o acesso de estrangeiros ao país. Com o fim das guerras napoleônicas e a realização do Congresso de Viena, em 1814-1815, o Brasil passou a receber mais visitantes. Saint-Hilaire, John Mawe, Johann Emanuel Pohl, Johann Batist von Spix, Karl Friedrich Philipp von Martius e George Gardner e são alguns dos viajantes que fizeram expedições ainda na primeira metade do século XIX, publicando posteriormente suas anotações.

Portanto, o recorte temporal dos dois últimos séculos foi inicialmente escolhido em atenção à exequibilidade da pesquisa e à abrangência de um período considerável e necessário à compreensão da matéria estudada. Os limites temporais são, naturalmente, imprecisos. As informações iniciais sobre essa vasta região apareceram inicialmente em relatos de viajantes como Saint Hilaire, Spix e Martius, que fazem referências à segunda década do século XIX; esta literatura definiu o ponto de partida da coleta de informações, que, portanto, não se baseia num ano, mas em uma década.

Descrevendo a mesma região, para os fins do século XX existia já uma relativamente vasta literatura de memória, que em parte foi publicada nos primeiros anos do século XXI, no entanto fazendo referência muitas vezes a meados do século anterior, ou aos seus anos finais, que neste estudo foram considerados pontos terminais da investigação e análise. A partir do levantamento de bibliografia, o recorte selecionado se revelou adequado ainda em relação à disponibilidade de informações e registros para consulta, razão pela qual foi mantido.

2.3 Técnicas e fontes

O método que proporcionou as bases lógicas da investigação foi o dialético, na medida em que propiciou a compreensão de processos, pontos em comum e contradições do objeto da pesquisa, permitindo uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade (GIL, 2008). O método dialético baseia-se na percepção de que tudo se relaciona, transforma-se e produz contradições, de modo que a interpretação dos fenômenos demanda um estudo amplo de aspectos e conexões (PRODANOV, FREITAS, 2013), o que se revelou importante para o estudo, que compreende as várias dimensões do abastecimento de águas. No delineamento do objeto de estudo foram empregados os procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental, explorando-se as informações encontradas (GIL, 2008).

Para operacionalização da pesquisa, o foco se concentrou nos relatos de memorialistas e viajantes, que não raras vezes se apoiaram também em outras fontes para complemento das suas anotações, como diários e cartas. Além disso, foram consultados alguns trabalhos de cronistas e pesquisadores regionais. No entanto, memorialistas e viajantes coletavam informações a partir do contato direto, com registro de aspectos socioeconômicos e ambientais, do cotidiano, das vivências, do relacionamento com a natureza e das suas percepções. Evidentemente é uma fonte recheada de vieses; mas dada sua amplitude, se mostrou mais adequada para compreender as relações entre sociedades e águas.

Uma crítica recorrente aos relatos de memorialistas e viajantes é a subjetividade das observações. Entretanto, qualquer documento utilizado em pesquisas históricas tem certo grau de subjetividade (BOSI, 1979). Desse modo, lidar com essas fontes exige precauções semelhantes ao de qualquer estudo, como o cuidado de compreender os processos socioculturais de inserção do observador e das percepções apresentadas nas narrativas e a anotação da persistência de informações qualificadas. Tomando esses cuidados e usando esse procedimento, Sérgio Buarque de Holanda (1994) criou o estudo "Samaritanas do sertão", a descrição das fontes de águas postas à disposição dos viajantes pelo Brasil interior.

Na verdade, nesses relatos, memorialistas e viajantes costumam mesmo se recusar à objetividade, pois integra as observações colhidas às próprias memórias. Conforme afirma Bosi (1979, p. 1), "os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido", pois não há percepção isenta de lembrança.

Para localização das fontes, foram consultados os catálogos de literatura sobre Minas Gerais (Bibliotecas Mineirianas) que existem nas seguintes instituições: I) Acervo da Coleção Mineiriana da Biblioteca do Instituto Cultural Amilcar Martins (ICAM), em Belo Horizonte, que por sua amplitude e organização foi o ponto de partida para seleção das referências; II) Acervo da Coleção Mineiriana da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte; III) Acervo da Biblioteca Municipal Dr. Antônio Teixeira de Carvalho, do Centro Cultural Hermes de Paula, em Montes Claros; IV) Acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), em Montes Claros; e V) Acervo da Biblioteca do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Montes Claros.

Sabendo que "a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento" (BOSI, 1979, p. 3), que pode estar condicionada aos interesses sociais do sujeito que faz o registro, foram lidas todas as obras de viajantes que cruzaram essas regiões e memorialistas que nelas viveram. Foi analisado um extenso número de livros, com objetivo de evitar aleatoriedades e imprecisões. Para a pesquisa principal, no total, foram lidas 145 obras "regionais". As leituras foram orientadas prioritariamente pelos objetivos da pesquisa, de modo que todos os registros relacionados aos temas do estudo encontrados nas obras lidas foram inseridos nas fichas.

As citações selecionadas renderam 120 fichas, sistematizadas em 495 páginas de conteúdo. Cada leitura de obra "temática", isto é, que comenta os assuntos estudados e fornece informações para a pesquisa, correspondia a uma ficha, de modo que se dois pesquisadores distintos lessem o mesmo livro, duas fichas separadas seriam criadas, evitando o desperdício ou a confusão de impressões. Ainda assim, o número de fichas (120) é inferior ao de obras lidas (145), pois 36 livros, cerca de 25% do conjunto lido, não fazem menção ao assunto águas.

Ao total foram 109 obras utilizadas como fontes: 76 de memorialistas, 18 de viajantes, 12 de cronistas e 03 de historiadores. 91 foram escritas por homens, 16 por mulheres e 02 em coautoria por autores de ambos os sexos. Foram fichados 43 livros sobre o Jequitinhonha e 75 sobre o Norte de Minas; 02 deles abordam ainda outras regiões de divisa. O total excede o número de livros "temáticos" lidos porque 11 obras abordam as duas mesorregiões.

Tomando-se por base o número total de obras "temáticas" lidas e fichadas (109) e considerando as duas mesorregiões, a primeira metade do século XIX foi período de referência para aproximadamente 40% do acervo pesquisado; a segunda metade do século XIX foi abrangida por cerca de 45%; a primeira metade do século XX está representada em torno de 65%; e, por fim, 47% das obras tratam de acontecimentos da segunda metade do século XX. Outro lado, de forma específica, os cinquentenários de cada mesorregião isoladamente foram contemplados por ao menos 15% do total das obras "temáticas". Assim, os recortes espacial e temporal foram suficientemente contemplados pela pesquisa.

Não obstante, como este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa, ao final apenas foram referenciados os autores mencionados no presente trabalho.

3. Coleta e condução

Até meados do século XX, pelo menos, a busca diária de águas para beber, higiene pessoal e serviços domésticos era uma necessidade para quase todos do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, sobretudo em vilas e áreas rurais. Existem muitos registros que mostram como as pessoas faziam para abastecer o domicílio, em fontes naturais (como rios, córregos e nascentes) ou construídas (como chafarizes e aquedutos).

Saint-Hilaire (1975), no início do século XIX, observou que em Vila do Príncipe, depois Serro, não existia um único chafariz sequer, de modo que os habitantes buscavam águas nos cursos. Burton (1977), viajante da década de 1860, observou mulheres carregando potes de águas do São Francisco e de seus afluentes. Arno (1951) registrou em suas memórias do final do século XIX, que em Diamantina uma mulher ex-escravizada carregava e vendia latas de águas. Pavie (1988), em Itamarandiba, ressaltou que na década de 1880 os presos buscavam no córrego Bexigas latas de águas para limpeza da cadeia.

Salles (1993, p. 111) relatou que no Serro, no final do século XIX, buscava-se águas "duas ou três vezes por dia. As donas de casa e especialmente as cozinheiras queriam ver cheios todos os potes, as barricas e as tinas, não só para os misteres da cozinha, como para os banhos dos patrões, em grandes bacias de folha-de-flandres". Contudo, na residência do autor, havia "um empregado doméstico fazendo todo serviço, inclusive carregar barris d'água a fim de encher os potes da cozinha para a água indispensável a todas as necessidades da casa, recebia o salário de dez tostões a dois mil-réis mensais" (SALLES, 1993, p. 188). Conforme o relato do memorialista, abastecer o domicilio de águas era uma atividade pincipalmente feminina, também exercida por homem, remunerado.

Seja em latas nas cabeças das mulheres, nas cangalhas sobre os lombos de jumentos, ou em outros recipientes, existem registros desse tipo de transporte de águas em vários outros lugares no século XX.

No Norte de Minas, Carvalho (1937) viajando pelo rio São Francisco na década de 1930, observou que em São Romão, São Francisco, Januária e Manga as águas eram transportadas em barris nos lombos dos jumentos, ou em latas nas cabeças das mulheres. Segundo este viajante, "uma multidão de mulheres" enchiam "as ruas com o colorido roceiro de suas vestes e o alarido de suas intermináveis conversações" (CARVALHO, 1937, p. 110), mostrando que a coleta de águas era um momento, também, para trocas de informações entre as mulheres. A mesma impressão teve Proença (1944), que observou as "mulheres pobres" e "os que moram afastados" buscando águas diretamente no rio. O viajante notou que no final da tarde, na chamada "hora das cabaças", "todo o mulherio desce o lançante da barranca para encher as vasilhas, para trocar impressões sobre dificuldades de vida, discutir, intrigar ou lastimar-se em presença da água muda e boa do S. Francisco" (PROENÇA, 1944, p. 131).

Vianna (1956), em Montes Claros, lembra dos aguadeiros que buscavam águas no rio Vieira para as residências particulares e do transporte de águas em latas de querosene por longas distâncias. Pereira (2004), sobre Januária, destacou que águas eram transportadas por mulheres, chamadas "panhadeiras d'água", que carregavam latas de 18 litros sobre um pano enrolado como rosca, apoiado na cabeça. Os homens geralmente usavam jumentos com cangalhas, carregando duas latas de cada lado. Em casa, as famílias armazenavam em potes, sendo que poucas residências tinham cisternas.

Em Francisco Sá, Silveira e Silveira (1962) afirmaram que "mesmo as filhas das principais famílias punham a lata na cabeça e iam apanhar água na Provisória". Buscar águas

era uma necessidade e um elemento da rotina diária de todas as famílias; um acontecimento diário do cotidiano de toda a sociedade.

Miranda (1997) se recordou dos moradores de Taiobeiras que coletavam águas no rio Itaberaba, mesmo curso de água usado para dessedentar os animais, indicando os diferentes usos das fontes. Em Porteirinha, Oliveira (2008, p. 125) registrou o trabalho de um homem que buscava "latas e mais latas de querosene, cheias d'agua, no rio Mosquito, para quem lhe pedisse e lhe desse um prato de comida", indicando que a contraprestação nem sempre era em dinheiro.

Cruz (1997, p. 132) registrou em Espinosa que no período da seca, "se formavam filas de pessoas, principalmente mulheres, com potes, latas e rodilhas, para o abastecimento de água nas casas", e que se usava latas de vinte litros, com um "pedaço de madeira cilíndrico atravessado de um lado ao outro da parte superior da lata" (p. 60), o que facilitaria erguer e equilibrar o recipiente nas rodilhas sobre os ombros ou cabeças.

Também em referência ao século XX, mas no Jequitinhonha, Pereira (1969, p. 98) registrou que em Araçuaí "os lavradores e as mulheres" iam "ao córrego lá embaixo apanhar água". Marques (2007) anotou que em Joaíma as águas eram transportadas em jumentos. Souza (2001) descreveu um carregador de águas profissional em Medina:

> "Adolfo Doido," que assim era conhecido, apareceu em Medina nos idos de 1940. Eu era menino quando o conheci, e já naquela época, ele trabalhava para o Dr. Max Machado, carregando água da Serrinha. (...) Por outro lado, ele (Adolfo Doido) era uma pessoa boa e trabalhadora. Naquela época não havia água encanada na cidade, e os recursos eram a água do Córrego São Pedro, das "cacimbas" e da Serrinha, esta, boa para se beber. Quem podia, comprava água dos "fornecedores", como o Adolfo, por exemplo, que fazia o carreto em "carotes", nos seus jumentos arreados de "cangalhas" com 4 carotes. sendo dois de cada lado. O Adolfo fazia a alegria da garotada, que gostava muito de mexer com ele, devido ao seu modo de viver, ou seja, maltrapilho, seminu e usando sempre uma surrada bermuda. Por isso, Adolfo vivia xingando as mães da meninada. Mesmo depois da criação da "Associação dos Amigos da Boa Água", que se destinava à canalização de água da Serrinha para as casas dos associados, em número de uns 200, o Adolfo continuou, por muito tempo, transportando água da Serrinha. que ficava e ainda fica, na Fazenda Serra Azul (SOUZA, 2001, p. 107 e 108).

Buscava-se transportar a água "boa para se beber". Como o transporte por terceiros costumava ser pago, quem residia distante das fontes naturais e tinha condições de remunerar os serviços poderia ter acesso a mais água e com menor esforço do que aqueles que precisavam buscar água e não podiam pagar. O serviço continuou sendo prestado "por muito tempo", mesmo após a canalização de água, o que indica a continuidade dessa prática no correr das décadas, sobretudo quando o objetivo era pegar águas de qualidade.

4. Abastecimento público

No Jequitinhonha, logo na primeira metade do século XIX começaram a ser implantados nos locais de mineração sistemas de condução das águas que evitassem a necessidade de busca, como cisternas e canalizações. Saint-Hilaire (2004) indicou que no Tijuco, depois Diamantina, se consumia água fornecida por minadores, e utilizava-se de águas que foram conduzidas ao lugar a partir do rio das Pedras, destacando também, embora sem detalhar, a existência de fontes particulares nas casas e de três fontes públicas, estas sem "ornato" algum. Gardner (1975), que viajou na década de 1830, pouco tempo depois do botânico francês, além de constatar que existiam várias fontes públicas espalhadas por Diamantina, especificou que as águas que brotavam das montanhas já eram canalizadas para muitas casas, o que era considerado uma comodidade bastante incomum na época.

A canalização doméstica de águas, no entanto, costumava ser uma providência adotada por particulares que tinham condições de arcar com os custos; não se tratava de sistema de acesso generalizada ou público. Morley (1973), ainda adolescente na última década do século XIX, registrou a existência de uma bica enorme de água na chácara da avó, mas criticava a ausência de canalização:

> [...] Na Chácara há uma bica de água enorme, mesmo na porta da sala de jantar, e Fifina é tão preguiçosa que não é capaz de apanhar um jarro (MORLEY, 1973, p. 40).
> [...]Eu sempre digo a meu pai que não pode entrar na minha cabeça que tenha alguma influência para nós aqui na Diamantina mudança de presidente. Meu pai diz que tem toda, que o governo é uma máquina bem organizada e que o presidente sendo bom e fazendo bom governo beneficia o Brasil inteiro e chega até aqui para nós. Eu lhe disse que só poderia acreditar nisso se o presidente mandasse canalizar a nossa água e consertar o nosso calçamento (MORLEY, 1973, p. 159).
> [...] Mas não seria melhor que em vez de administração de correios eles pusessem luz nas ruas para a gente, nas noites escuras, não estar andando devagar com medo de cair em cima de uma vaca? E encanar a água? Isso também não seria mais útil? Sem carta ninguém morre, mas a água do Pau de Fruta, que corre descoberta, tem matado tanta gente que podia estar viva. Dizem que a febre tifo vem da água. Tudo isso melhoraria muito mais a cidade do que repartição de correio (MORLEY, 1973, p. 186).

No relato acima a memorialista comenta água na perspectiva da qualidade, e não da quantidade. O seu desejo era por água boa e saudável. Além disso, nota-se que a canalização das águas não foi difundida para todos, havendo diferenças consideráveis em uma mesma localidade. Embora Saint-Hilaire (2004) e Gardner (1975) tenham observado a existência de várias casas com águas canalizada no início do século XIX, Morley (1973) registrou no final do mesmo século que a falta de canalização era uma realidade em Diamantina, que dispunha à época de alguns chafarizes como pontos públicos para abastecimento.

Pereira (1969) narrou que um fazendeiro português era tão rico que usou seus recursos para fazer um açude acima da Cachoeira do Funil e canalizar águas do rio Araçuaí para sua propriedade, na qual mantinha lavoura e criação. Pavie (1988) relatou que na década de 1880, em Itamarandiba, então São João Batista, também no Jequitinhonha, presos eram acorrentados pelos pés, obrigados a tomar banho no rio e a buscar águas em latas para a limpeza das prisões, pois não existia canalização.

Salles (1993), memorialista que escreveu suas lembranças dos acontecimentos vividos no Serro durante a infância (1880 a 1892), afirmou que o local, pela sua extensão, precisava de mais pontos públicos de acesso à água. E menciona a existência de ao menos quatro chafarizes: o do Largo da Matriz, o da Purificação, o do Jogo da Bola e o do Largo da Cavalhada.

No Norte de Minas Gerais, são poucos os registros sobre as condições de abastecimento no século XIX, embora se saiba de forma geral que nesse período as Câmaras costumavam disponibilizar águas através de chafarizes e bicas públicas (OLIVEIRA, 2005; MURTHA, CASTRO, HELLER, 2015). Anjos (1944), contando a história da família Versiani, inseriu um croqui da casa da fazenda Santo Elói, que ficava em Bocaiuva, visitada em 1817 por Saint-Hilaire, no qual é possível perceber um aqueduto conduzindo águas à casa grande, o que indica a utilização da canalização de uso privado para facilitar o acesso às águas.

Os relatos de memorialistas e viajantes a respeito do século XIX referem-se principalmente a Montes Claros/MG, que concentra grande número de obras. Os registros indicam interesse da Câmara em abastecer a população através de pontos públicos de acesso às águas na primeira metade do século XIX, sendo que em outubro de 1845 se discutia parecer que examinava os locais para construção de quatro cisternas que serviriam para fornecer água potável e meios de lavar roupa no tempo da seca (VIANNA, 1964).

A ação por água canalizada começou em outubro de 1856, quando nomeada uma comissão para cuidar do assunto. O primeiro contrato para canalização de água potável foi assinado em agosto de 1869, com objetivo de desviar um rego do rio dos Bois para abastecer a população (VIANNA, 1916; PAULA, 1957). O andamento das obras de canalização não parece ter agradado à Câmara, pois em outubro do ano seguinte, 1870, lei municipal autorizou a rescisão do contrato. Os vereadores estavam convencidos da má qualidade da água do rio dos Bois e passaram a planejar a captação de água no rio Vieira, com a construção de açude e bicames. Em 1884 os estudos foram concluídos, sendo que no ano seguinte iniciaram-se as obras. O chafariz principal seria no largo da Matriz, depois praça Dr. Chaves, que receberia águas dos rios Vieira e Gameleira, bem como dos córregos do Carrapato, do Mangue, da Vargem Grande e das Barrocas. Em 1888, verificando que as obras estavam abandonadas, o jornal "Correio do Norte" iniciou uma campanha a favor da água canalizada, convocando o povo a organizar uma sociedade anônima para realização dos serviços, e uma entidade foi efetivamente constituída, mas logo desfeita pela resistência dos acionistas em aportar o capital necessário. Com aprovação de verba complementar do governo da então Província, tornou-se possível construir regos e bicames de madeira para condução das águas, que eram armazenadas em uma caixa de água. Ocorre que na data da inauguração, nenhuma gota saiu dos chafarizes. É que parte das calhas era descoberta, o que provocava o entupimento dos canais por entulhos, fazendo com os que chafarizes fornecessem águas apenas após a limpeza dos regos, o que sempre era necessário. A entrega definitiva do serviço de canalização foi realizada em novembro de 1895 (VIANNA, 1916; PAULA, 1957; VIANNA, 1964; VIANNA, 1972).

Nas últimas duas décadas do século XIX e início do século XX, parte do médio vale do Jequitinhonha enfrentou uma crise hídrica, causada principalmente pela escassez de chuvas, que provocou o secamento de algumas fontes naturais, a exemplo do córrego Calhau, do rio Itinga e do ribeirão de Santa Rita. Além de outros cursos de águas menores, desapareceram córregos maiores, como os da Velha, do Machado, da Barrigudas, de Teixeira, de Quatis e de Piabanha. As águas diminuíram consideravelmente, até mesmo grandes rios como o Jequitinhonha e seu afluente Araçuaí perderam volume (PEREIRA, 1969).

Existe a mesma percepção em relação ao Norte de Minas Gerais. Silveira (1923), em obra que reúne vários de seus artigos, já falava de escassez de águas na região na transição dos séculos, atribuindo esse fenômeno às condições do solo e à ausência de chuvas. O autor defendia que as florestas não influenciavam as chuvas e as fontes de águas, alegando inclusive que muitos fazendeiros norte mineiros destruíam as matas para aumentar as águas correntes, prática que seria efetiva, recorrente, duradoura e replicada em outros lugares, de modo que, segundo o autor, a derrubada de árvores aumentaria, e não reduziria, a oferta de águas.

Pereira (1969), na mesma época, chega a dizer que as águas teriam diminuído mais da metade, de modo que viajantes poderiam não encontrar uma gota para beber. De modo alarmante, afirmava o autor (1969, p. 46) que "o Norte de Minas [que na época do escrito compreendia o vale do Jequitinhonha] está condenado a tornar-se deserto por falta de água", sendo que "cidades, como Salinas e Tremedal, povoações em grande quantidade, muito em breve não poderão subsistir". Diversamente de Silveira (1923), sustenta que a diminuição das águas era um fenômeno natural e esperado, mas agravado pelas secas periódicas, características geológicas da região e devastação de florestas, fazendo uma crítica ao desmatamento.

Esse debate ambiental que permeia as distintas concepções sobre águas e suas fontes indica que pensadores diferentes compartilhavam, em resumo, da mesma percepção de secamento de algumas fontes naturais no final do século XIX e início do século XX.

Diamantina, na década de 1920, era servida de luz elétrica e bem equipada em termos de abastecimento. Corria água considerada de excelente qualidade em um grande rego na chapada, do qual era distribuída em encanamento e bicas de madeira para a área de moradias

situada na encosta. A Câmara investia na construção de um novo sistema de abastecimento, através de canalização (SILVEIRA, 1926). A situação, no entanto, não era a mesma em áreas próximas. Guabiroba (2006), retratando suas memórias de infância da década de 1930, relatou que no Seminário de Diamantina a água era encanada; em Itamarandiba não havia canalização.

Cardoso (2007), memorialista que escreveu suas lembranças do início do século XX, afirmou que na casa de sua avó em Curvelo a água era retirada da cisterna, através do giro da manivela, para encher os potes de barro e vasilhas da casa. A memorialista lembra ainda do chafariz de madeira no fundo do quintal da avó, que abastecia moradores do lugar, fornecia água para os viajantes e seus animais, possibilitava a lavação de roupa e também oferecia espaço para socialização dos frequentadores. Mesmo com o chafariz, sua família mantinha o hábito de buscar água de melhor qualidade na nascente da Cacimbinha, água que vinha cristalina e fresca através de um cano de chumbo.

Menções à água encanada no Jequitinhonha apenas voltam a aparecer nos relatos de viajantes e memorialistas a partir da década de 1950. Mas então, já a relaciona ao grande temor da esquistossomose e de outras doenças veiculadas pelas águas, sendo a canalização considerada uma medida essencial para combate às doenças. Santos (1971), afirmou que na década de 1970, das 52 comunidades existentes na região, 38 delas (73%) dispunham de serviço de abastecimento de águas, embora apenas 13 conseguissem realizar o tratamento, com uma média de cobertura de 32% da população, índice que chegava ao máximo de 67% na cidade de Jequitinhonha. Havia sistemas de abastecimento urbano instalados ao menos em Itamarandiba, Almenara, Salto da Divisa, Rubim, Jequitinhonha, Rio do Prado e Caraí, enquanto estavam sendo estudados os projetos de Araçuaí, Turmalina, Itinga, Virgem da Lapa, Novo Cruzeiro, Pedra Azul, Jordânia, Jacinto e Medina (SOL, 1981; PAVIE, 1988; OLIVEIRA, 1999).

Joaíma é outro lugar do Jequitinhonha que na segunda metade do século XX intensificou diversas providencias no sentido de abastecer a população de água, fazendo chafarizes, construindo barragens, perfurando poços artesianos, instalando turbinas de captação em córregos e conduzindo águas canalizadas. Inicialmente, na década de 1950, construiu um sistema de abastecimento urbano com adução das águas por gravidade, que foi sendo melhorado ao longo dos anos 1960 (MARQUES, 2007).

Diversamente do que se encontra sobre o século XIX, no século XX são mais frequentes os relatos sobre as fontes e formas de abastecimento no Norte de Minas, embora os registros de Montes Claros continuem sendo os mais extensos da bibliografia. Entre incúria e desavenças políticas de diferentes gestões, este local seguiu enfrentando problemas de abastecimento de águas, de modo que na segunda década do século XX a questão permanecia viva, embora tenham sido feitas canalizações e abertos poços tubulares com bombas acionadas pela força dos ventos para amenização da falta de água (VIANNA, 1916; VIANNA, 1956; PAULA, 1957).

Águas de cisternas eram utilizadas em escolas e nas residências mais ricas, já que essas fontes construídas eram artigo de conforto e abastecimento privado de melhor qualidade. O rio Viera, então, era mal visto pela população, pois recebia esgotos da Santa Casa e suas águas eram usadas para lavar roupa, além de ter em suas margens inúmeras cevas de porcos. Entre 1923 e 1935 tentou-se captar a água distante do rio Pacuí. Em 1935 foi inaugurado o primeiro chafariz público, no bairro dos Morrinhos, que jorrava água captada no rio dos Porcos. No ano seguinte outros chafarizes foram implantados e a captação de água do Pacuí só ficou pronta em 1938. Nas décadas de 1940 e 1950 foi construída estação de tratamento e a rede de água foi estendida para toda a área urbana, inclusive para populações mais pobres. Nas duas décadas seguintes a água era tratada e distribuída para todo perímetro urbano e alguns subúrbios, existindo muitos chafarizes públicos espalhados (ANJOS, 1944; VIANNA, 1916; VIANNA, 1956; PAULA, 1957; VIANNA, 1964; VIANNA, 1972; GRAÇA, 1986; SILVEIRA, COLARES, 1995).

O abastecimento de águas através da canalização se generalizou de forma desigual no século XX no restante do Norte de Minas Gerais. Monte Azul, então Tremedal, por exemplo, era dotada de um sistema de abastecimento com águas canalizadas no primeiro terço do século XX. Embora o serviço funcionasse de forma precária, as águas eram conduzidas por canalização de alvenaria coberto para um grande chafariz situado na praça central do local (NEVES, 1908a; SILVEIRA, 1926).

A primeira rede de abastecimento de águas de Pirapora começou a funcionar em 1913. Cinco anos depois a administração do serviço foi transferida à Companhia Indústria e Viação de Pirapora (CIVP), sendo que o local passou a ter um sistema que usava carneiros hidráulicos para o bombeamento de mais de setecentos mil litros diários. A responsabilidade pelo abastecimento só retornou à prefeitura em 1953, que dois anos depois, em parceria com o Serviço de Saúde Pública (SESP), constituiu o Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), entidade que cuida do saneamento básico do local até os dias atuais. Na década de 1960, as águas eram tratadas e a rede de abastecimento era continuamente estendida, sendo que também se usava os chafarizes públicos (SILVEIRA, 1926; SILVA, DINIZ, MOTA, 2000).

Nas três primeiras décadas do século XX, Várzea da Palma era abastecida principalmente através de cisternas, que conseguiam fornecer água boa (SILVEIRA, 1923; FERREIRA, 2006). Pires e Pires (1973) anotam que Coração de Jesus passou a ter chafarizes para o abastecimento público e a iniciar o abastecimento domiciliar no início do século XX. Segundo Silveira (1926), em 1925 o local tinha ótima água potável encanada e distribuída por chafariz público situado na praça.

Em Brejo das Almas, depois Francisco Sá, e no seu então distrito, Burarama (depois Capitão Enéas), as famílias buscavam prover águas através de cisternas e de poços artesianos. Também eram construídas barragens e utilizadas caixas de água para armazenamento, que eram distribuídas por canos que formavam a rede (SILVEIRA, SILVEIRA, 1962; CABRAL, 1985a; CABRAL, 1985b). Nos anos 1950/1960, apesar de existirem registros de aproximadamente 400 prédios com instalações de água canalizada, a periferia permanecia sem água encanada, e as mulheres coletavam o líquido em um cano no alto do morro e transportavam em potes de barro sobre as cabeças (CAMPOS, 1998).

Na década de 1930, Salinas tinha uma rede antiga que havia sido danificada pelas chuvas, razão pela qual precisou ser completamente reformada. Em 1935 havia um sistema de abastecimento que compreendia a condução das águas por canos de ferro até seis chafarizes, que forneciam águas à população (LISBOA, LISBOA, 1992).

Taiobeiras também passava a ser dotado de um primeiro serviço de abastecimento naquela mesma época. Apesar disso, até a década de 1970, os habitantes extraiam águas de cisternas, enquanto na área rural, no Povoado de Mirandópolis, os moradores transportavam as águas em lombos de jumentos (MIRANDA, 1997).

As fontes naturais são distribuídas de forma desigual no espaço. Cabral (1985a) defendia que ao invés de investir em abertura de poços artesianos, os recursos deveriam ser destinados para aproveitamento do potencial hidrográfico das bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, através da transposição de fluxos de águas para regiões menos abastadas. Narrando o caso de um fazendeiro que desviou águas de um pequeno córrego para irrigação no quintal de sua fazenda às margens do rio do Peixe, defendia o autor por exemplo a abertura de túneis para condução das águas dos vários córregos do Jequitinhonha ao vale do rio Verde Grande, embora alertasse que a medida poderia não ser a mais aconselhável em razão da comodidade e do preço.

Não obstante, outros caminhos foram seguidos e a preocupação com as fontes naturais parece ter tido pouca ou nenhuma repercussão nos anos seguintes. A canalização de águas e a formalização de redes urbanas de abastecimento continuaram sendo prioridades e foram disseminadas de maneira não uniforme nos territórios do Jequitinhonha e do Norte de Minas

Gerais. Povoados e vilas rurais costumam ser os últimos atendidos, enquanto em cidades com rede de abastecimento moradores de áreas periféricas tendem a esperar muito mais, conforme conta por exemplo Pereira (1969) sobre Araçuaí, Lobo (2003) a respeito de Rubim, Miranda (1997) acerca das áreas rurais de Taiobeiras, e Campos (1998) em relação a Francisco Sá.

5. Usos cotidianos

Memorialistas, viajantes e cronistas registraram atividades domésticas e cotidianas, como a lavagem de roupas em rios e os banhos. A descrição dessas atividades, além de indicar as condições de abastecimento, revela água como elemento ativo da sociabilidade que conforma as relações entre águas e sociedades.

A lavagem de roupas nos corpos de águas do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais era um acontecimento bastante registrado. No século XIX, viajantes como Saint-Hilaire (1975), Burton (1977) e Wells (1995) observaram mulheres exercendo essa atividade, às vezes como tarefa doméstica, às vezes como tarefa remunerada. Enquanto elas trabalhavam, maridos pescavam e os filhos brincavam ou nadavam em locais próximos.

Morley (1973) registrou a lavação de roupas em seu diário, escrito na última década do século XIX em Diamantina:

> Mamãe chama Emidio, da Chácara, e põe na cabeça dele a bacia de roupa e um pão de sabão. Renato leva no carrinho as panelas e as coisas de comer, e vamos cedo. Mamãe e nós duas, eu e Luisinha, entramos debaixo da ponte para lavar a roupa. Emídio, o crioulo, vai procurar lenha. Renato vai pescar lambaris; nunca vi tanto como ali. Ele só tem tempo de pôr a isca, jogar o anzol e puxa logo um lambari ou bagre. Nhonhô põe o visgo e fica de longe à espera de passarinhos. Cai um, ele corre, limpa o pé do pobrezinho com azeite e mete na gaiola. Unta a vara de novo e daí a pouco já vem outro, um pintassilgo ou um curió. Nós ficamos lavando a roupa e botando pra corar, enquanto mamãe faz o almoço de tutu de feijão com torresmos e arroz. Depois de lavarmos a roupa e passar algum tempo do almoço, mamãe fica vigiando o caminho pra ver se vem alguém, e nós entramos no rio para tomar banho e lavar os cabelos. Depois disso batemos as roupas na pedra, enxaguamos e pomos nos galhos para secar. Agora é só procurar frutas no campo, ninhos de passarinho, casulos de borboletas e pedrinhas redondas para o jogo (MORLEY, 1973, p. 5).

As roupas eram ensaboadas e estendidas sobre as pedras para quarar. Depois de um tempo retornava-se para realizar o enxague. Após, era estender em galhos para secar e o serviço estava feito, faltando apenas recolher e dobrar. Segundo o relato de Morley (1973), na divisão do trabalho, as mulheres lavavam as roupas e preparavam o almoço; os meninos-homens pescavam, armavam armadilhas para pombos, faziam vassoura e procuravam lenha - às vezes esta última tarefa também contava com uma mulher adulta. Os meninos tinham a responsabilidade de pescar, mas a memorialista se orgulhava de “apanhar uma porção” de peixes com a própria saia, ao perceber que o “poço” estava cheio de lambaris, alimentando toda a família com fartura. O relato mostra uma adolescente (à época da anotação no diário) que sentia prazer em fazer coisas diferentes, já que “cada dia nova descoberta e cada qual melhor”. Finalizadas as atividades domésticas, as meninas tomavam banho no rio enquanto a matriarca vigiava o caminho, monitorando a chegada de possíveis estranhos e zelando pelo momento de intimidade, revelando uma norma cultural daquele período e lugar. Por último, há tempo para a busca por frutos, ninhos de passarinhos e brincadeiras.

Nota-se também na descrição de Morley (1973), que esses momentos eram de muita alegria, conversa e cantoria, uma confraternização entre as mulheres - uma ocasião de expressão da sociabilidade feminina. Necessidades domésticas e lazer eram simultâneos. A memorialista escreveu ainda que, durante sua adolescência, preferiria o campo e a rotina das lavadeiras,

considerada alegre e livre, às obrigações escolares e à vida urbana: "O campo está agora uma beleza! Que inveja das lavadeiras que passam ali naquela beleza o ano todo, enquanto nós vivemos numa casa apertada a metade do dia e a outra metade na Escola. Eu preferia ser uma lavadeira do Rio Grande" (MORLEY, 1973, p. 198).

Também fazendo referência ao final do século XIX, Salles (1993) descreveu a rotina das lavadeiras em Serro. Segundo o autor, no vale de Botavira, o serviço era bem remunerado: uma "colossal trouxa de roupa" custava cerca de oito ou dez tostões, valor mensalmente pago aos empregados que realizavam outras atividades da época, como cozinhar e arrumar a casa. "Uma boa e diligente lavadeira no Botavira podia, pois, com algum esforço, fazer obra de cinco mil-réis por mês, preço de um primeiro caixeiro na melhor loja da cidade" (SALLES, 1993, p. 108). Em outro local de Serro, no Leiteiro, as lavadeiras também ofereciam o serviço de tinturaria: lavavam, engomavam e tingiam de preto as roupas claras, o que ocorria geralmente com ternos e vestidos nas ocasiões de falecimento de entes queridos dos clientes. "A tinturaria era uma lama especial em que aquelas boas mulheres enterravam as roupas durante dias e de onde depois saíam para secar" (SALLES, 1993, p. 112). O memorialista detalhou:

> O Botavira era a passagem obrigatória dos tropeiros que acompanhavam as manadas de burros até aos pastos que ficavam todos por aquelas bandas, e essa passagem obrigatória constituía uma diversão para as boas mulheres, a cujos requebros de olhos não eram indiferentes os almocreves. Além disso, muitos rapazes da cidade, sobretudo os desocupados, iam ao Botavira bater papo com as raparigas, e sucedia que desse ajuntamento surgiam ciumeiras de parte a parte, e pequenas brigas entre os conquistadores nos recantos mais afastados da pequena planície resultando dos recontros, narizes amassados, sangueira nos lábios, galos nas testas e cabeças quebradas. Tais incidentes excitavam a vaidade das lavadeiras coquettes.
> Na Fonte do Vigário, ainda à margem do rio Lucas e a uns três quilômetros do Botavira, outras lavadeiras, mas de melhor classe, também ganhavam a sua vida na mesma lida. Os tropeiros, para vê-las, tinham de ir buscar em latas e caldeirões a água cristalina da Fonte do Vigário, e não faltavam pretextos para uma seca ou conversa fiada, que as pequenas aceitavam com polidez, mas a distância. Elas não se passavam para tropeiros.... Mas quer no Botavira quer na Fonte do Vigário, quando os ánimos se exaltavam, os palavrões esfuziavam e era um Deus-nos-acuda para evitar vias de fato.

Mulheres e homens trocavam flertes, gracejos e seduções. O pudor, cujos contornos remetem à cultura do tempo e lugar, limitava o que se podia falar e mostrar. Eram inventados pretextos para que romances pudessem ocorrer. Sedução, ciúmes e perigo se misturavam em meio às demonstrações de interesses e surgimento de conflitos. Esse local era um ambiente de sociabilidade entre os sexos, oportunidade para trabalhar, divertir e construir relações.

Na primeira metade do século XX a lavagem de roupas continuou sendo um momento de sociabilidade, capaz de marcar as recordações dos memorialistas. Cardoso (2007) registrou as lavações de roupa em Curvelo:

> No fundo do quintal, do outro lado do muro, havia um chafariz velho: era de madeira enegrecida pelo correr das águas por anos a fio, torto, formando-se a seus pés uma espécie de bacia constantemente cheia de água e de lodo, que se criara com o passar do tempo. Ali vinham ter todos os moradores da cidade [...]; lavadeiras que, não tendo tido tempo de ir durante a semana aos 'Olhos d'Água', lavavam sua roupa ali mesmo, estendendo-a para corar no mato que descia a rampa do chafariz; e, finalmente, as crianças que gostavam daquele local, do calor humano que se irradiava dele. Bastava abrir o portão dos fundos da casa de vovó e entrava-se logo em contato com a maior parte dos moradores humildes da cidade: cozinheiras, lavadeiras, tipos populares da terra (CARDOSO, 2007, p. 61).

> Às segundas-feiras em Curvelo era dia de 'ir à fonte', como diziam as donas de casa mais humildes. Reunia-se um grupo de mulheres, arrumavam as trouxas e lá se iam aos Olhos-d'Água, o riacho onde lavavam a roupa. (...) Nas manhãs de segunda-feira ficava à porta de casa vendo as lavadeiras que passavam, equilibrando as trouxas na cabeça. Bonito o grupo de mulheres, mangas arregaçadas até o cotovelo, saia de algodão franzido; na cabeça sobre o coque liso ou as carapinhas, as bacias com a trouxa dentro, equilibrando-se no bamboleio do corpo. Levavam matalotagem e Carmelita preparava a sua de véspera. Só conhecia aquele lugar maravilhoso por ouvir falar, quando escutava as conversas das mulheres que lá iam e se ajuntavam no chafariz dos fundos do quintal de vovó, ou através de Mariquinha do Zezinho, nossa vizinha. Era bom – comentava ela com as companheiras – depois da roupa lavada e estendida sobre o mato, enquanto aguardavam que secasse, o banho na água que corria limpinha e fresca. E ao escurecer, o caminho de volta, conversando e rindo (CARDOSO, 2007, p. 548).

A lavação de roupas também ocorria nos pontos públicos de acesso às águas, como chafarizes, principalmente quando não era possível ir à fonte natural. Era uma atividade que as mulheres faziam em grupo, conduzindo as trouxas em bacias sobre as cabeças, conversando e tomando banho enquanto as roupas secavam. Ali, as mulheres compartilhavam o trabalho, mas também as vivências, experiências e momentos de alegria.

Para Silveira e Silveira (1962), na primeira metade do século XX em Francisco Sá, o trabalho de lavar roupas virava diversão, pois as amigas se reuniam, compartilhavam comida, cantavam, conversavam, nadavam e tomavam banho nos rios. Segundo Pereira (2004), as lavadeiras do rio São Francisco cantavam no ritmo das batidas de roupas nas pedras ou bancos e dividiam casos, sempre alimentados pelas informações que traziam as mulheres carregadeiras de águas. Macedo (1991) recordou que em Turmalina, nas décadas de 1940 e 1950, passava "horas a fio" ouvindo as histórias contadas pelas lavadeiras.

Já na segunda metade do século XX, Mendes (1999) se recordou das conversas e cantos das lavadeiras de Mirabela, que enfeitavam a paisagem com a alegria que emanavam. Nesse mesmo período, segundo Farroupilha (2007) sobre Araçuaí e Oliveira (2008) em relação à Porteirinha, as roupas ficavam muito "limpas" e "cheirosas" porque as lavadeiras combinavam várias técnicas, como por exemplo a utilização do sabugo de milho para esfregar e de ramas de "melão de são caetano" para tirar manchas e clarear os tecidos. Oliveira (2000) lembra que as lavadeiras de Carbonita faziam o sabão que usavam. Conforme explica Veloso (1974), até o antigo nome de Espinosa, Lençóis do Rio Verde, poderia ter originado nos lençóis estendidos por lavadeiras em arbustos próximos ao rio São Domingos.

A lavagem de roupas era uma atividade que conciliava necessidades com lazer. Como tarefa doméstica ou enquanto serviço remunerado, o trabalho era acompanhado de troca de vivências e experiências. O ambiente expressava a sociabilidade feminina em cada época e local, através das conversas, brincadeiras e técnicas de trabalho, mas também eram oportunidades para encontros entre homens e mulheres, troca de flertes e construção de laços. Assim, as normas culturais de cada tempo e lugar orientavam as diferentes trocas que ocorriam entre as pessoas, nessas complexas relações com as águas.

As lavagens de roupas costumavam ser acompanhadas de mergulhos nos rios. Mas na verdade, os banhos, nados e diversões nos cursos de águas são experiências independentes, frequentes e marcantes para memorialistas. Viajantes dificilmente relatam detalhes dos banhos.

No Jequitinhonha, Morley (1973) recorda que na última década do século XIX passeava nos rios de Diamantina com suas colegas de escola. Em um dia, merendaram uma mistura de rapadura, farinha de milho, queijo e água fria e caminharam pelo rio até o poço da Glória, com os "pés na água". Próximo daquele lugar, no Serro, estava Salles (1993) poucos anos antes, fazendo "regos" e "pequenas piscinas" em cursos de águas, ou banhando nas águas do

Jequitinhonha pela manhã: "Que delícia atravessá-lo de uma a outra margem! Eram seis metros de água escura e corrente" (SALLES, 1993, p. 49).

Farroupilha (2007) lembrou das diversões no Calhauzinho, afluente do rio Araçuaí, no qual furava cacimbas, construía "castelos de areia", soltava barquinhos de papel nas enxurradas e brincava de outros jogos com os amigos da infância. No período das enchentes, ansiosamente esperado, a travessia do rio a nado ficava mais "interessante e emocionante". Para Souza (2001, p. 106), os banhos de rio em Medina eram comuns na parte baixa do São Pedro, onde se via o "pessoal tomando banho pelado".

Oliveira (2000) lembra que em Carbonita, no rio Curralinho, homens e mulheres nadavam todo dia. Contudo, as meninas nadavam em local separado, no "Pocinho do Meio" ou no "Pocinho das Moças". Os mais corajosos procuravam o rio Araçuaí ou o rio Soledade, este último principalmente depois da construção de barragem, em 1956.

Os banhos são assuntos abordados por muitos memorialistas do Norte de Minas. Silveira (1973) trata o banho no "Poço do Padre" como algo "costumeiro". Ribeiro (1988) recorda dos banhos em um pequeno córrego de Bocaiuva. Lisboa e Lisboa (1992) destacam as recordações dos banhos em família e entre amigos nos cursos de águas de Grão Mogol, Salinas e Taiobeiras. Cruz (1997), memorialista de Espinosa, afirma que preferia tomar banho nos rios pelo fim da tarde, às vezes após a escola, quando aproveitava para abastecer a sua moradia transportando água em um galão; durante a semana frequentava cursos de águas mais próximos, e o rio Verde apenas no domingo, "pois a distância de duas léguas exigia transporte e perda de tempo incompatível com a jornada de trabalho da semana" (CRUZ, 1997, p. 91). Domingo também era o dia preferido da população de São Romão, segundo conta Mameluque (1997), para quem os banhos e nados significavam momentos de passeio e diversão. Mendes (1999) afirmou que os banhistas se "deliciavam" nas águas de Mirabela, aproveitando momentos de "diversão e alegria".

Em Montes Claros, Paula (1957) registrou que "nada havia de melhor" para os meninos, pois os rios eram ótimas diversões no calor, estando sempre cheio de crianças e rapazes. Destacou ainda que:

> Havia preferências para alguns poços conforme a idade e grau de adiantamento náutico. Os aprendizes menores de 12 anos nadavam no bêco da Aguada (alguns falavam: bêco da Guarda) e o poço do Mirante. Bêco da aguada era o nome do bêco situado entre as atuais casas do Francisco Ataíde e Artur Ramos e que ia ao rio.
> O poço onde o bêco se abria no rio era chamado também bêco da Aguada; um pouco mais abaixo ficava o poço do Mirante, no rumo de um prédio chamado Mirante, situado na praça Dr. Chaves, hoje desaparecido.
> Os aprendizes maiores e mais adiantados aventuravam nadar no rio da Fábrica (atrás da Fábrica de Tecidos Sta. Helena), onde havia nadadores de todos os tipos e excelente ponto de briga.
> Uma turma de bons nadadores, mais exigente no ponto de vista social, andava um pouco mais e freqüentava o poço de Antônio dos Anjos, situado no Melo, nos fundos da chacrinha do farmacêutico Mário Veloso.
> Os rapazes da rua de baixo, preferiam o Poção do Padre Teixeira, ou simplesmente Poção, conforme ficou sendo chamado por lei do menor es fôrço; ficava logo abaixo da passagem para o Narciso e Malhada Santo Reis; local hoje inexistente porque o rio foi retificado.
> Havia ainda o poço da Banca, um pouco abaixo da confluência do Pai João com o Vieira. Era o último grau em matéria de poço; lá iam apenas os grandes nadadores. Um poço de 50 metros de comprimento sem "dar pé"; além disso a distância não permitia aos que saíssem às escondidas voltarem sem serem percebidos.
> A ida de um menino para tomar banho ou lavar corpo no rio era cheia de imprevistos e exigia muita trêta...

> Os pais proibiam e o diretor do Grupo Escolar mantinha uma vigilância constante sobre os alunos. Era raro o dia em que seu Carlos Câmara, o porteiro, não trazia alguns debaixo de ordem. Ao sair do rio todos procuravam enxugar o cabelo o mais depressa possível com auxílio de um pedacinho de pau e passavam terra no rosto e nas pernas para que os pais não estranhassem a "limpeza". Havia também um assobio especial para chamar os companheiros mais vigiados, mesmo junto dos pais, sem dar na vista: fi-fi-ufi... fi-fi-ufi... fi (PAULA, 1957, p. 519).

Do relato acima, se percebe que existia um curso de águas recomendado para cada grupo de pessoas, que variavam conforme a idade, o sexo, a habilidade em nadar, a coragem e a distância que se pretendia percorrer. A atividade era tão valorizada que os meninos iam mesmo se fossem proibidos, muitas vezes de forma escondida dos pais. Graça (1986) confirma a observação de Paula (1957), ao afirmar que antes do rio Vieira ser "o sujo esgoto da cidade", os alunos fugiam da escola para banhar nas suas águas, quase todos os dias. Ribeiro (1997, p.19) é outro que se lembra dos banhos em Montes Claros, em outro rio - o Verde, curso "de água salobrosa, mas bom para tomar banho e pegar xistosa."

Como visto, os banhos e nados geralmente eram acompanhados de muitas brincadeiras, piqueniques e diversões, fazendo com que os rios ficassem guardados nas recordações. Geralmente, mulheres tomavam banhos em cursos de águas ou horários diferentes dos frequentados por homens, e a escolha de onde nadar variava também conforme o perfil do nadador.

Não apenas os rios, como também as demais fontes e formas públicas de acesso às águas foram relacionadas à sociabilidade, principalmente entre pessoas pobres. Os chafarizes reuniam pessoas praticamente durante todo o dia (CARDOSO, 2007). Frequentar as fontes era uma oportunidade para encontrar os amigos, se atualizar das notícias e reforçar os laços entre os membros de uma comunidade. Conforme registra Cardoso (2007, p. 210), "tudo era comentado por aquelas mulheres humildes: os casos de amor, as brigas de casa, as doenças dos filhos, as festas de igreja, os presos da cadeia". Todos os acontecimentos eram notícias compartilhadas naqueles encontros. Não raras vezes esses espaços eram também oportunidades para discutir política ou fazer negócios (WELLS, 1995). Na realidade, o conteúdo das conversas era o aspecto de menor relevância, o importante mesmo era falar e ser ouvido, bem como ouvir o que os outros têm a dizer. Na troca de experiências, as gargalhadas se espalhavam enquanto a solidariedade nutrida entre as pessoas era reforçada.

6. Considerações finais

As narrativas mostram que nos primeiros aglomerados populacionais do Jequitinhonha e Norte de Minas formaram-se estruturas para serviços de distribuição de águas, muitas vezes transportadas em tanques ou cântaros em carroças. Famílias que não buscavam e/ou tinham condições financeiras remuneravam carregadores ou aguadeiros autônomos, que realizavam o transporte mediante cobrança. Também havia quem fizesse o transporte das águas em troca de comida, ou por solidariedade.

Buscar águas era uma tarefa cotidiana das famílias, que persistiu ao longo dos séculos XIX e XX, nos locais e períodos em que o acesso às águas ocorreu por meio da coleta em fontes naturais ou nos pontos de acesso, prática também notada no século XXI. Enquanto atividade doméstica, era uma responsabilidade principalmente feminina, pois os homens costumavam coletar águas quando o serviço era remunerado. Os momentos de coleta, geralmente, eram oportunidades para encontrar pessoas, conversar, trocar informações e socializar.

Nos séculos XIX e XX, as famílias acessaram águas distintas, de maneiras distintas, em tempos distintos. Acessar águas em pontos públicos ou coletar diretamente nos cursos de águas, prática que perdurou ao longo do tempo, foi também uma oportunidade para ter contato direto

com as diferentes propriedades das águas e socializar em comunidade. A canalização alterou as concepções sobre as propriedades das águas, alterando os hábitos costumeiros e cotidianos. No entanto, os interesses por águas de beber boas e saudáveis, e os preceitos de saúde, cujas percepções variaram culturalmente em cada sociedade e época, mediaram as ações e práticas de coleta, condução e armazenamento.

O interesse em canalizar águas despontou no século XIX em ambas as mesorregiões, mas áreas mineradoras do Jequitinhonha foram as pioneiras. Com o passar dos anos, ampliou-se a busca por conduzir as águas até pontos públicos de acesso, sendo que em meados do século XX intensificaram-se as ações de tratamento químico e de consolidação de redes de abastecimento urbano. Na difusão de formas de condução e armazenamento, ricos e centros urbanos foram priorizados em desfavor dos pobres e de áreas rurais ou bairros periféricos, de modo que os poderes político e econômico foram determinantes na difusão de medidas públicas de abastecimento.

O artigo indica ainda que as fontes, além de disponibilizarem águas para o abastecimento de famílias, estão intimamente relacionadas às culturas, ao cotidiano, ao trabalho, à alimentação e à organização das sociedades, sendo componentes de identidades regionais, em especial de populações de vilas e áreas rurais. Rios e as demais fontes e formas de acesso às águas não são apenas elementos naturais fixos que compõem as paisagens, ou utilidades destinadas a servirem às necessidades humanas. A natureza do trabalho, a produção, a compreensão do clima, a organização da produção e acontecimentos aparentemente corriqueiros, triviais, revelam costumes que integram as culturas das populações e indicam a diversidade e riqueza das relações construídas. Portanto, as interações entre águas e pessoas no cotidiano eram espaços de socialização que definiram costumes, marcaram memórias, orientaram modos de vida e influenciaram sociedades.

Em se tratando de um estudo bibliográfico e documental, que adotou como fontes primárias livros de memorialistas, viajantes e cronistas, estão espalhados pelo texto os resultados e as observações pessoais dos pesquisadores, que também apresentam suas percepções sobre os assuntos através da própria forma de estruturar os registros encontrados, de organizar os temas e de apresentar as narrativas. De forma geral, as principais contribuições deste estudo foram a identificação das formas de acessar águas e das iniciativas de abastecimento, bem como a sistematização de informações contidas na bibliografia pesquisada, auxiliando na organização do conhecimento regional.

7. Referências

ANJOS, Rui Veloso Versiani dos. **História da família Versiani**: da vida do velho Caixa Versiani da Real Extração dos Diamantes, & do seu filho Capitão Pedro, bem como da grandeza & decadência da Fazenda Santo Eloi. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1944. 143 p.

ARNO, Ciro. **Os jatobás**: cenas da vida norte-mineira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1951. 226 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BURTON, Richard Francis. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Trad. David Jorge Júnior. Editora Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte/São Paulo, 1977

CABRAL, Antônio Ferreira. **Capitão Enéas**: um Mauá no Norte de Minas. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1985a. 130 p.

CABRAL, Antônio Ferreira. **O sertão norte-mineiro**. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985b. 185 p.

CAMPOS, Karla Celene. **Ventos e vivências no Brejo das Almas**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1998.

CARDOSO, Maria Helena. **Por onde andou meu coração***:* memórias. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 573 p.

CARVALHO, Orlando Magalhães. **O rio da unidade nacional**: o Sao Francisco. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937. 158 p.

CRUZ, José Raimundo Gomes da. **Espinosa, anos 40**: depoimento de um menino curioso. São Paulo: Edição do autor, 1997. 194 p.

FARROUPILHA, Geraldo. **Araçuaí**: Rio das Araras Grandes. Belo Horizonte: WGF Editora, 2007. 108 p.

FERREIRA, Luiz de Paula. **Na venda de meu pai**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2006. 200 p.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAÇA, Ruth Tupinambá. **Montes Claros era assim**. Belo Horizonte: Gráf. e Ed. Cultura, 1986. 154 p.

GUABIROBA, Vicente. **Impressões de uma vida**. Belo Horizonte: [s.n.], 2006. 196 p.

LISBOA, Abdênago: LISBOA, Apolo Heringer. **Octaclíada**: uma odisséia do Norte de Minas. Belo Horizonte: Canaã 1992. 340 p.

LOBO, Sebastião. **Na boca do lobo**: crônicas publicadas no jornal Vigia do Vale. Almenara: Edições da Vigia, 2003. 283 p.

MACEDO, Maria Norma Lopes de. **Turmalina**: memórias. Turmalina: [s.n.], 1991. 92 p.

MAMELUQUE, Maria da Glória Caxito. **Memórias de um álbum de família**. Belo Horizonte: Cuatiara, 1997. 132 p.

MARQUES, Emirani Quaresma. **Joaíma conta sua história**. Belo Horizonte: Técnica Composição e Arte, 2007. 412 p.

MENDES, Gregório Elvécio. **Mirabela em busca das raízes**. Montes Claros: Polígono, 1999. 137 p.

MIRANDA, Avay. **Taiobeiras**: seus fatos históricos. Brasília: Thesaurus, 1997. 2 v.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX. 12ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973. 385 p.

MURTHA, N. A.; CASTRO, J. E.; HELLER, L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambiente & sociedade,** São Paulo, v. 18, n. 3, p. 193-210, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1047V1832015. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do Município de Boa Vista do Tremedal – Estado de Minas Geraes. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, p. 219-354, 1908a.

NEVES, Antonino da Silva. **Chorographia do município de Rio Pardo**: Estado de Minas Gerais. [s.1.: s.n.], 1908b.

OLIVEIRA, Benedito Lemos de. **Carbonita de ontem... para hoje**. Lavras: Edição do autor, 2000. 161 p.

OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. A gestão dos serviços de saneamento básico no Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, 2005. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/988. Acesso em: 24 de março de 2021.

OLIVEIRA, Palmyra Santos. **Porteirinha**: memória histórica e genealogia. Belo Horizonte: O Lutador, 2008. 379 p.

OLIVEIRA, Vicente Antunes de. **Cinquentenário de Turmalina**: meio século de emancipação, 1949-1999. Belo Horizonte: Andrart, 1999. 14 p.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros**: sua história, sua gente e seus costumes. Rio de Janeiro: Minas Gráfica, 1957.

PAVIE, Paulo. **Histórias de Itamarandiba**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1988. 109 p.

PEREIRA, Antônio Emílio. **Memorial Januária**: terra, rio e gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004. 635 p.

PEREIRA, Leopoldo. **O município de Araçuaí**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. 137 p.

PIRES, Simeão Ribeiro; PIRES, Theophilo Ribeiro. **Francisco Ribeiro dos Santos, centenário de nascimento**: [nascido em] 25 de setembro de 1873, [morto em] 10 de dezembro de 1923. Coração de Jesus: [s.n.], 1973. 21 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 277 p.

PROENÇA. Manoel Cavalcanti. **Ribeira do S. Francisco**. Rio de Janeiro: Gráf. Laemmert, 1944. 190 p.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 585 p.

RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiúva**: sociedade e espaço. Belo Horizonte: Graphilivros, 1988. 180 p.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2004.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 378 p.

SALLES, Joaquim de. **Se não me falha a memória**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1993. 562 p.

SANTOS, Rafael Souza. **Vale do Jequitinhonha**: temas e problemas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971. 58 p.

SILVA, Brenno Álvares da; DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da. **Pirapora**: um porto na história de Minas. Belo Horizonte: Interativa, 2000. 286 p.

SILVEIRA, Álvaro Astolpho da. **Fontes, chuvas e florestas**. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1923. 344 p.

SILVEIRA, Olyntho da. **O velho Brejo das Almas**: narrativas. Belo Horizonte: Minas Gráfica, 1973. 64 p.

SILVEIRA, Olyntho da; SILVEIRA, Ivonne de Oliveira. **Brejo das almas**. Belo Horizonte: Santa Maria, 1962. 200 p.

SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1926. 1492 p.

SILVEIRA, Yvonne; COLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Belo Horizonte: OMEIO, 1995. 206 p.

SOL, Otelino Ferreira. **Salto da Divisa e outras considerações**. Belo Horizonte: UFMG, 1981. 155 p.

SOUZA, Joanésio Cardoso de. **Medina**: parte da sua história, causos e curiosidades. Vespasiano: FariGráf, 2001. 135 p.

VELOSO, Ana de Souza Melo. **Espinosa**: passado e presente. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1974. 199 p.

VIANNA, Nelson. **Efemérides montesclarenses:** 1707-1962. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964. 695 p.

VIANNA, Nelson. **Foiceiros e vaqueiros**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956. 423 p.

VIANNA, Nelson. **Serões montesclarenses**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972. 355 p.

VIANNA, Urbino de Sousa. **Monographia do Município de Montes Claros**: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1916. 349 p.

WELLS, James W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil**: do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 2 v.